

Sábado, 31 de Outubro de 2026

PL apoia reeleição de Hugo Motta na Câmara e insiste em Rogério Marinho para o Senado

Partido quer garantir espaço nas comissões legislativas e pressiona por aliado na presidência do Senado

O PL deve respaldar a reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara dos Deputados, contudo busca assegurar que um de seus membros assuma a liderança do Senado, defendendo a candidatura de Rogério Marinho (PL-RN). Esta estratégia visa impedir que a legenda, apesar de possuir a maior representação na Câmara, reste marginalizada e perca influência na distribuição das comissões parlamentares.

Conforme divulgou a CNN, o partido convocou uma assembleia com sua bancada para a próxima terça-feira (3), às 18h, para deliberar sobre sua posição na disputa pela presidência da Câmara e a repartição de cargos no Congresso Nacional.

Previamente a um possível entendimento com Hugo Motta, o PL avaliava lançar sua própria candidatura para a cadeira máxima da Câmara. Os potenciais candidatos mencionados foram Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder da bancada, e Altineu Côrtes (PL-RJ), vice-presidente da atual legislatura.



Lula avalia convidar opositores de Milei para posse

Essa proposta perdeu tração quando constatou-se que Hugo possui uma maioria sólida para se manter no cargo. O presidente da Câmara já conquistou o compromisso de 15 agremiações, incluindo o PT, que oficializou seu apoio à permanência de Motta.

A corrente próxima ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto, entende que sem uma aliança com Motta, a maior bancada não trará vantagens reais. O fator determinante está no processo de distribuição das presidências das comissões.

No âmbito da Câmara, a prioridade para escolha das presidências das comissões obedece a um critério de proporcionalidade dos blocos constituídos na sessão de posse, permitindo aos maiores blocos elegerem mais presidências.

Concretamente, aqueles inseridos em um bloco de maior tamanho conseguem eleger primeiro e mais frequentemente. Um partido que se mantém isolado, independentemente de sua dimensão individual, é contabilizado separadamente e tende a escolher posteriormente, quando as comissões de maior relevância já foram ocupadas.



Avanço da oposição leva centrão a se aliar a Lula, diz cientista política

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) é culturalmente escolhida em primeiro lugar, uma vez que representa a entrada de todas as proposições e é responsável por sua análise constitucional. Esta é a comissão que o deputado Nikolas Ferreira (PL) almeja presidir. Caso o PL não integre o bloco de Motta, a CCJ poderá escapar das mãos do partido.

Paralelamente, a ala mais combativa resiste em endossar Hugo Motta pela proximidade deste com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O presidente da Câmara tem sinalizado aos articuladores da esquerda que atenderá as solicitações do PL, mas que o PT seria a prioridade, conforme afirmam membros da bancada.

Os petistas, inversamente, advertem que sairão do bloco de Motta se o presidente da Câmara fechar acordo também com a legenda de Flávio Bolsonaro (PL).

PL amplia sua representação nas duas casas

O PL saiu das eleições de outubro como detentor das maiores representações no Congresso. Na Câmara, elegeu 121 deputados, em comparação aos 99 da legislatura anterior, marcando um crescimento de 22 cadeiras. O PT terá 70 deputados, enquanto a federação entre PT, PC do B e PV disporá de 88 cadeiras, a segunda maior presença.

No Senado, o PL conquistou 19 cadeiras nas recentes eleições e, acrescidas dos nove mandatos vigentes até 2031, somará 28 senadores a partir de 2027, consolidando sua supremacia. A câmara alta contabiliza 81 assentos no total.

Disputa no Senado apresenta maiores desafios

Embora tenha expandido sua bancada, a situação no Senado mostra-se mais complicada para a sigla, porém, segundo apurações da CNN, a possibilidade de a oposição não apresentar candidato à liderança da Casa é praticamente nula.

O senador Flávio Bolsonaro já comunicou sua intenção de indicar Rogério Marinho para concorrer. Marinho, que funciona como porta-voz da oposição, participou como um dos articuladores principais da campanha presidencial do PL.



Há uma particularidade em comparação à Câmara. No Senado, os blocos costumam ser formalizados após a escolha da Mesa, fato que reduz a influência do PL a ingressar no bloco de Alcolumbre previamente à votação.

PP e Republicanos já manifestaram seu respaldo à recondução do atual presidente. A votação para o comando do Senado, assim como da Câmara, porém, permanece sigilosa, e os comunicados das legendas não asseguram os votos individuais dos congressistas. Nomes como Guilherme Derrite (PP), Damares Alves (Republicanos-DF) e Tereza Cristina (PP-MS), exemplificativamente, devem acolher o candidato da oposição.

Alcolumbre, por seu lado, tem declarado a interlocutores que dispõe de no mínimo 48 votos para preservar seu comando da Casa, considerando que o resultado eleitoral de Lula elevou suas possibilidades de confrontar um concorrente do PL.

Questão do impeachment de ministros do STF

O antagonismo do PL ao presidente atual do Senado relaciona-se aos pleitos de destituição de magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal). Presentemente, cabe unicamente ao presidente do Senado definir se acolhe ou rejeita o pedido para remover os juízes da Corte. Existem múltiplos requerimentos em tramitação na Casa, grande parte deles direcionados ao ministro Alexandre de Moraes.

Em agosto, Alcolumbre sinalizou à oposição que poderia agendar o tema caso fosse reeleito. Posteriormente, passou a informar a seus contatos que não tem intenção de agendar os requerimentos, especialmente o de Moraes, com quem mantém proximidade.

Marinho, que figura entre os cogitados para competir pela liderança em oposição ao amapaense, tem denunciado o que denomina de